



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA**

**AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH**

**LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**NAIARA DOS SANTOS LIMA**

**A EDUCAÇÃO E AS QUESTÕES RACIAIS: ESTUDO ACERCA DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE (CE)**

**REDENÇÃO-CEARÁ**

**2024**

NAIARA DOS SANTOS LIMA

**A EDUCAÇÃO E AS QUESTÕES RACIAIS: ESTUDO ACERCA DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE (CE)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Licenciatura  
Plena em Pedagogia, do Instituto de  
Humanidades- IH, da Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira (UNILAB).  
Tendo como orientadora a Profa. Dra.  
Fátima Maria Araújo Bertini

REDENÇÃO-CEARÁ

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Lima, Naiara Dos Santos.

L697e

A educação e as questões raciais: estudo acerca da implementação da Lei 10.639/03 no primeiro ano do ensino fundamental em escolas do município de Beberibe CE / Naiara Dos Santos Lima. - Redenção, 2024.  
33f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Profª Dra. Fátima Maria Araújo Bertini.

1. Educação. 2. Discriminação racial - Escola. 3. Lei nº 10.639/03. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370

---

NAIARA DOS SANTOS LIMA

**A EDUCAÇÃO E AS QUESTÕES RACIAIS: ESTUDO ACERCA DA  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE (CE)**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Fatima Maria Araújo Bertini  
Orientadora  
(UNILAB)

---

Professor Dra. Geranilde Costa e Silva  
Examinadora  
(UNILAB)

---

Professora Ms Sílvia Heleny Gomes da Silva  
Examinadora  
(UFC)

## **RESUMO**

O presente trabalho versa sobre o tema Educação e as Questões Raciais e a Implementação da Lei nº 10.639/03, mediante a prática pedagógica. O campo de estudo foi a cidade de Beberibe, no Estado do Ceará. Compreender como a citada Lei é implementada em escolas deste município, focando na fase escolar do Primeiro Ano do Ensino Fundamental. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, entrevista semiestruturadas e pesquisa de campo. Diante da discussão dos dados, percebeu-se que a Lei 10.639/03 encontra obstáculos na sua aplicabilidade. Como considerações finais, entendeu-se que apesar das entrevistadas estarem cientes de abordar as temáticas supracitadas, os desafios ainda permanecem no espaço escolar e nessa fase escolar, compreendendo, entretanto, que nesta fase, as crianças estão muito abertas para a aprendizagem, bem como a formação e consolidação das suas identidades étnicas e raciais.

**Palavras-chave:** Educação. Questões Raciais. Lei nº 10.639/03.

## **ABSTRACT**

This work deals with the theme of Education and Racial Issues and the Implementation of Law nº 10.639/03, through pedagogical practice. The field of study was the city of Beberibe, in the State of Ceará. Understand how the aforementioned Law is implemented in schools in this municipality, focusing on the school phase of the First Year of Elementary School. The methodology used was a qualitative approach, semi-structured interviews and field research. In view of the discussion of the data, it was realized that Law 10,639/03 faces obstacles in its applicability. As final considerations, it was understood that although the interviewees were aware of addressing the aforementioned themes, challenges still remain in the school space and at this school stage, understanding, however, that at this stage, children are very open to learning, as well as the formation and consolidation of their ethnic and racial identities.

**Key-Words:** Education. Racial Issues. Law No. 10,639/03.

## SUMÁRIO

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                         | <b>8</b>  |
| <b>2 DESCREVENDO PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>                                   | <b>10</b> |
| <b>3 A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS NO BRASIL .....</b>                 | <b>14</b> |
| <b>4 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E A LEI Nº 10.639/03 NO ESTADO DO CEARÁ.....</b> | <b>17</b> |
| <b>5 ALGUMAS REFLEXÕES DOS AUTORES.....</b>                                       | <b>18</b> |
| <b>6 ANÁLISES E DISCUSSÕES.....</b>                                               | <b>22</b> |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                               | <b>29</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                            | <b>31</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>                                                              | <b>33</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizada pesquisa com foco na atuação do pedagogo (a) mediante a questão racial e a Lei nº 10.639/03, no Município de Beberibe, Ceará. De acordo com o (Anuário do Ceará 2024) existem, 34 escolas de ensino fundamental no município de Beberibe, CE.

A pesquisa de campo, seria inicialmente realizada em torno do contexto de apenas uma escola, porém visto, as poucas informações coletadas, foram, entretanto, necessários a busca por outras duas escolas. A pesquisa acadêmica realizou-se no contexto de 03 (três) escolas públicas municipais, visto que as 03(três) escolas contabilizam o total de 10 (dez) docentes, e todas os docentes lecionam no 1º Ano do Ensino Fundamental.

É importante observar que 60% dos sujeitos que participaram desta pesquisa estão sob contrato temporário, pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Beberibe, CE. Enquanto, apenas 40% das docentes são efetivas.

O presente trabalho tem por objetivo geral: Realizar uma pesquisa sobre a questão racial e a Lei nº 10.639/03 no contexto de três escolas em turmas do 1º Ano do ensino fundamental do Município de Beberibe, Ceará. E como objetivos específicos: Identificar as metodologias utilizadas, mediante o ensino pedagógico das temáticas raciais; Analisar até que ponto os currículos formais dão conta de trabalhar a problemática do racismo na sala de aula e no espaço escolar.

Os temas supracitados decorrem da importância da efetivação da Lei de nº 10.639/03, principalmente, em saber que esta lei está em vigor a 20 anos, no entanto, diante a sua não efetivação inclusive, nos espaços escolares, esse tema faz-se pertinente, uma vez, que é uma temática que precisa ser abordada de forma contínua.

A abordagem acerca das questões raciais no Brasil faz-se necessária, visto que o racismo ainda persiste em todas as regiões e estados brasileiros, o qual nos trouxe vários problemas, mesmo após a abolição, e visto que ainda sofremos com os vestígios do passado do Brasil inerente à escravidão. Nota-se os dados negativos, o qual, corresponde a um alto número de violências, físicas e psicológicas contra pessoas negras, em toda a sociedade, que ocorre, entretanto também nos espaços escolares, altos índices de preconceitos e discriminação.



A pesquisa ainda se propõe em analisar acerca das possíveis melhorias e avanços na conjuntura social, fundamentados em lei numa perspectiva de combate. Diante disto, a escola torna-se uma ferramenta de estudo, sendo, portanto, um ambiente propício de enfrentamento, visto que a mesma consegue ter um alcance bastante significativo para a desconstrução da história única.

Considera-se que é nessa fase escolar, que os alunos estão muito abertos para a aprendizagem, bem como a formação e consolidação das suas identidades étnicas e raciais. Nesse sentido a abordagem da Lei 10.639/03 é mais política de enfrentamento ao racismo, que vem reafirmar a necessidade da inserção da história e cultura afro-brasileira no âmbito escolar.

Na fase escolar do 1º ano, os estudantes devem ser incentivados a refletir sobre o racismo, não apenas, em momentos esporádicos no dia 20 de novembro, assim como, refletir sobre as realidades individuais de cada aluno (a) assim como, e a importância do respeito às diferenças.

Como estudante da UNILAB e para a nossa formação como pedagogos/as capazes de pensar de forma crítica e poder participar e contribuir no nosso campo de atuação, compreendendo que estamos tratando de temáticas muito relevantes para a educação e para a sociedade, no entanto, estas temáticas exigem serem estudadas, muito além da teoria.

No primeiro capítulo, apresenta a gênese do racismo e a importância do movimento negro na luta por direitos. Segundo capítulo, trata-se de saber de que forma a Lei e as questões raciais são desenvolvidas nas escolas que compõe essa pesquisa, o que estar sendo realizado e produzido pelos docentes e a escola na perspectiva da Lei de nº 10.639/03.

Trata-se também de abordar um pouco da educação escolar, e algumas outras reflexões teóricas dos autores e por fim, analisar os dados coletados na perspectiva de auxiliar na construção e no desenvolvimento da pesquisa.

## 2 DESCREVENDO PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa ocorreu no Município de Beberibe, Ceará, à 82 km da capital Fortaleza, localizado na microrregião de Cascavel, municípios limítrofes: Aracati, Cascavel, Palhano, Russas, Morada Nova, Ocara Fortim e Oceano Atlântico.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma área de 1.623,878 km<sup>2</sup>, com População (Censo 2022): 53.114 habitantes distribuídos entre Litoral e Sertão, divididos em distritos, Beberibe (sede), Forquilha, Itapeim, Paripueira, Parajuru, Sucatinga e Serra do Félix.

A Escola Municipal Adélia Barros Colaço, localizada no endereço: R. Maria Aquino Rodrigues - Lagoinha, S/N Beberibe, CE, 62840-000.

**Figura: 01** Escola Municipal Adélia Barros Colaço



Fonte: Arquivo da própria autora (2024).

**Tabela 01:** Disciplinas Lecionadas.

| EMEF ADÉLIA BARROS COLAÇO<br>TURMA ÚNICA |                                                                    |
|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| Quantitativo de professores              | Disciplinas                                                        |
| Professora A                             | Português, Matemática, Educação Física, Ciências e Artes Educação. |
| Professora B                             | História, Geografia e Ensino Religioso.                            |

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A Escola Municipal Manuel de Lima; localizada no endereço: R. Moreira Rocha, 656 -736-Sucatinga, Beberibe, CE, 62840-000.

**Figura 02:** Escola Municipal Manuel de Lima



Fonte: Arquivo da própria autora (2024).

A Escola Municipal Ensino Fundamental Raimundo Joventino do Vale; localizada no endereço: Av. Coronel Aderaldo S/N, distrito de Parajuru, CEP: 62848-000; Beberibe, CE, 62840-000.

Sua construção se deu em 1955 pelo Estado, após a doação de um terreno pelo líder comunitário, Sr. Raimundo Joventino do Vale, que leva o nome da escola. No ano de 1997 após solicitar administração da escola, a mesma passou a pertencer a rede municipal.

**Figura 03:** Escola Municipal Raimundo Joventino do Vale



Fonte: Cedido pela escola (2024).

**Tabela 02:** Quantitativo de alunos por turma

| EMEF. RAIMUNDO JOVENTINO DO VALE      |       |            |       |
|---------------------------------------|-------|------------|-------|
| QUANTITATIVO DE ALUNOS POR TURMA 2024 |       |            |       |
| MANHÃ                                 |       | TARDE      |       |
| TURMAS                                | TOTAL | TURMAS     | TOTAL |
| 1º ANO A                              | 18    | 1º ANO B   | 18    |
| 2º ANO A                              | 19    | 1º ANO C   | 19    |
| 2º ANO B                              | 19    | 2º ANO C   | 21    |
| 3º ANO A                              | 21    | 3º ANO B   | 20    |
| 4º ANO U                              | 28    | 3º ANO C   | 20    |
| TOTAL                                 | 105   | TOTAL      | 98    |
| TOTAL GERAL                           |       | 203 ALUNOS |       |

Fonte: Cedido pela escola (2024).

Durante o percurso metodológico, a priori foi realizado contato com a direção e coordenação das escolas para apresentar a pesquisa. Uma das dificuldades que surgiu em torno da pesquisa; dificuldades além do esperado, visto a simplicidade da pesquisa, sendo necessário fazer ajustes no decorrer do trabalho.

Em relação as respostas de alguns professores entrevistados, não demonstram interesse em se aprofundar nesse tema. Não foram apresentados materiais disponíveis e localizados na escola, também não foi fornecido acesso ao Projeto Político Pedagógico – PPP, com a justificativa de que estavam desatualizados. A ausência destas e de outras coletas de dados, de forma que viesse complementar os objetivos propostos da minha pesquisa a partir de um estudo um pouco mais aprofundado.

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa de campo, de perspectiva de método qualitativo.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar as suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p.21)

No método bibliográfico, foram utilizados artigos, livros e documentos oficiais do governo do Brasil e dados estatísticos.

Utilizou-se na pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, por meio de perguntas abertas, elaboradas em formato de questionário, que foram aplicados para dez (10) professores pedagogos (as), de três (03) escolas da rede pública municipal de Beberibe, CE, na fase escolar do 1º Ano do ensino fundamental.

Explicou-se para sujeitos entrevistados desta pesquisa sobre o objetivo da pesquisa, de forma que todos concordaram em participar, estão cientes e autorizaram o uso de suas respostas para o presente trabalho, de forma que utilizaremos os dados coletados apenas como forma de contribuir e compreender as questões raciais e a Lei nº 10.639/03 no contexto das escolas pesquisadas.

### 3 A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS E O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

O território brasileiro tornou-se palco para a escravização firmados no século XVI, diante da ocupação territorial, seguidas pelos próximos séculos, a sociedade definia-se pela ampla diversidade, derivada por meio das diferenças culturais e continentais, de povos africanos e europeus, entre as demais especificidades individuais destas culturas.

Conforme a história do Brasil, estes foram períodos de novas organizações de trabalho, nesse sentido, o regime de trabalho, no qual eram submetidos os escravizados, revelam e tornam cada vez mais explícitas as reais intenções do colonizador, que visava primordialmente o poder sob as riquezas naturais da colônia do Brasil, tendo sobretudo, como objeto principal, obter lucro ao reino de Portugal.

A instalação da nova realidade social no país, seguiu aos próximos séculos, e não demorou muito para apresentar sérios problemas nas questões sociais. Amparado por Jean Jacques Rousseau em sua obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens (1754), a mesma compreende que:

[...] a desigualdade existente entre os homens é fruto da ação dos próprios homens ao longo da História. Portanto as lacunas que estão presentes na sociedade atual devem-se ao processo de ações produtoras de desigualdades entre brancos e negros praticadas tempos atrás [...] (DIAS, DIAS, 2017, p.02)

De acordo os autores:

Havia nessa época uma construção discursiva que afirmava ser prejudicial o contato entre as diferentes raças, segundo esse pensamento deveria haver a preservação de uma suposta raça superior, a ariana, em detrimento de uma orientação de eliminar gradualmente as raças que não se enquadrassem nesse modelo pré-estabelecido. (LIMA, OLIVEIRA, LIMA, 2020, p.12)

Como descreve a citação acima, o racismo tem raízes fortificadas pela concepção de único grupo de humanos, que se intitula e designa superior a outro, no qual é refletido na sociedade por meio das relações sociais.

Mesmo após o fim do período colonial, com a Independência do Brasil, em 07 de setembro em 1822, a opressão do negro seguia ininterruptamente. A escravidão ultrapassava os limites dos direitos sociais humanos e fundamentais, tais como; o direito à educação, alimentação, segurança, trabalho, moradia e saúde. As condições e jornadas

trabalhistas no período escravagista eram degradantes e exaustivas, chegando a um ponto bastante crítico.

Sob o modelo de políticas sociais escravocratas, de violências e injustiças, surgiram formas de resistência, idealizadas e organizadas, por lideranças negras, como por exemplo, o líder do Quilombo dos Palmares; o Zumbi dos Palmares, que esteve atuando nessa luta entre os anos (1655-1694).

A população negra e escravizada, passava por período bastante complicado e os movimentos seguiam, o qual surgiu o Movimento Liberal Abolicionista, formado por pessoas que faziam parte de variados setores da sociedade, no qual ganhou força em 1789.

Mais adiante, surge a chamada Campanha Abolicionista (1868-1888). O abolicionismo, propagava a liberdade em um momento onde destacavam-se os problemas sociais. A luta contava com o apoio de pessoas como alguns dos poucos abolicionistas, Antônio Bento, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, entre os anos (1838-1910).

Após quase 400 anos de escravidão, foi aprovada a Lei nº 3.353 em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, dando finalmente, um retorno muito significativo para essa população. No entanto, sabe-se que com a conquista da referida lei, a abolição da escravatura não teve finalmente um fim, e a população continuou vivendo de forma excludente. Conforme a afirmação dos autores a seguir:

Com a abolição, os problemas do negro estariam apenas começando. Mas quem se interessou por isso? Ninguém se interessou. O negro livre deixou as fazendas e os engenhos e foi inchar as periferias das cidades. Abandonados, constituíram-se em sub-brasileiros sem condições e acesso à educação, cultura, habitação, saúde e segurança. (DIAS, DIAS, 2017, p.03)

E de forma não surpreendente a caminhada de luta pela liberdade em suas várias formas, precisava continuar de maneira mais profundamente, na busca por direitos sociais essenciais para a dignidade humana. Sobre o reconhecimento dos direitos humanos dos negros, destaco a seguinte concepção:

[...] trata-se de uma obrigação moral, ética, jurídica e quase espiritual da nação com seus cidadãos que um dia não puderam ser considerados mais que meros habitantes, impedidos de participar da vida política do país, de recordar suas origens através da música e da dança, de viver como seres participantes de um país democrático que se dizia iluminado pelas ideias liberais da Europa, mas que na prática, trazia como prisioneiros aqueles que movimentavam a economia do país. Além de terem sido expostos a constrangimentos e taxas imerecidas e degradantes. (DIAS, DIAS, 2017, p.02)

As organizações do movimento negro, justificadas por grandes desigualdades sociais, retornaram em 1970-1980, no enfrentamento ao preconceito. Grandes lutas e embates foram realizados durante todo esse percurso, assim como, as reivindicações abordadas por movimentos populares, cuja a finalidade, consistia na luta pela liberdade e democracia, através de outras demandas sociais únicas.



#### **4 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E A LEI Nº10.639/03 NO ESTADO DO CEARÁ**

Antes mesmo do Ceará tornar-se o primeiro estado do Brasil a decretar o fim da escravidão, foram criados e sustentada nacionalmente muitas ideologias e concepções acerca da população negra, das quais favoreciam um único lado, dos quais foram capazes de atingir de forma negativa surgindo sérios problema nas relações sociais por muitos séculos.

Segundo Lima (2020), a leitura para descrever sobre a chegada e a permanência dos povos africanos escravizados no estado do Ceará no século no XIX, assim como a história desse povo, foi realizada de acordo com os interesses de uma parcela específica da sociedade.

Lima (2020) ressalta que os documentos oficiais descrevem uma história montada, por um grupo de “referências e fontes oficiais”, representadas por pessoas da elite branca, nos quais eram os autores de “discursos oficiais” disseminados por todo o país. Nesse período inclusive, vários autores e pesquisadores, assim como, as produções literárias eram utilizadas para omitir as duras condições vivenciadas pela população negra no Ceará na época.

Contudo, antes que houvesse os avanços, muitas etapas foram necessárias nesse percurso. Em continuidade ao percurso histórico até aqui apresentado, salientamos a luta pela conquista dos direitos básicos e fundamentais assim como, o direito à educação, surgiu em um período obscuro da história do Brasil, que tinha como perspectiva um projeto no qual a população negra tivesse a garantia de acesso a estes direitos.

Conforme Lima, Oliveira, Lima, (2020), ainda no século XX, surge o Movimento Social Negro, quando são iniciados os primeiros discursos acerca das políticas de ações públicas e afirmativas. Em meados da década de 1990, algumas iniciativas e discussões em relação às políticas de reparação social e étnica retornaram em todas os âmbitos de poderes governamentais.

E mais adiante, com promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a educação passa a ser fundamentada pela mesma. A partir deste importante momento para o avanço da educação no Brasil, a Constituição Federal/ CF de 1998, consiste em estabelecer além

da obrigatoriedade dos direitos básicos, o ensino educacional a todas as pessoas independentemente da cor da pele e classe social.

Os objetivos da Lei nº10.639, de 09 de janeiro de 2003, são os mesmos há vinte (20) anos, depois de sua assinatura. A legislação foi pensada e aprovada numa perspectiva de contemplar a inserção dos conhecimentos e temática afros, assim como, a história e cultura Afro-Brasileira, no currículo pedagógico das redes municipais, estaduais e federais de ensino, em prol da democratização do ensino, visto a importância dos povos africanos no processo de construção do Brasil.

Diante da realidade que se apresentava, a educação passou inevitavelmente por uma mudança no processo de ensino. De acordo com os autores “O desafio posto à educação reside em aliar um saber científico crítico e reflexivo direcionado às práticas que levem a valorização da experiência escolar” (Amorim, Paula, Rocha, 2015, p. 98).

E diante disso alguns trabalhos começaram a ser realizados, numa perspectiva de fazer um levantamento de dados e informações, em volta das temáticas das novas legislações educacionais.

No Estado do Ceará, só a partir de 2005, as discussões sobre a referida lei, tomam força, no intuito de fortalecer a organização e criação de matérias teóricas que contribuísse para a aplicação das temáticas correspondentes à Lei 10.639/03, tendo sido inicialmente desenvolvidas pela Secretaria Estadual da Educação (SEDUC).

## 5. ALGUMAS REFLEXÕES DOS AUTORES

Para as autoras Gomes e Oliveira (2020):

Todo esse percurso histórico vivido pelo movimento negro brasileiro, também deve ser percebido como uma caminhada de construção de saberes e de processos pedagógicos outros, potencialmente capazes de romper com pensamentos hegemônicos que orientam os currículos escolares cujos projetos não reconhecem as diversidades culturais e sociais afloradas nessa sociedade e, muito menos, reavaliam suas políticas educacionais de modo a realizar a educação menos marcada pela racionalidade e regulado pelo mercado. (GOMES, OLIVEIRA, 2020, p. 167)

Em concordância com o pensamento das autoras, temos que dar uma atenção, além de tudo, na relevância da reforma do currículo pedagógico, para assim começar a percorrer o caminho da descolonização dos conceitos; e meias verdades, impregnadas em nossas mentes durante séculos de história do Brasil e da educação; com isso, entende-se a necessidade de desconstruir pensamentos e conceitos pré-concebidos sobre a pessoa negra e o significado de ser negro/a.

É através da educação, desde o ensino infantil, que os seres humanos conseguem se desenvolver; o desenvolvimento de uma sociedade, portanto, determinante a partir da atenção que o governo dar a uma temática e não permite que ela seja deixada em último plano, sendo verdadeiramente efetivada. A partir daí as relações humanas e sociais começam a mudar, no modo de interagir na comunidade, assim como, as ações praticadas por nós, seres humanos, que somos ao mesmo tempo diferentes e únicos, refletindo no dia a dia, dentro da escola.

No texto: Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos, Nilma Gomes, descreve o seu modo de pensar sobre essa questão.

Mas o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política. (GOMES, 2012, p. 106)

A autora ressalta a implementação da Lei 10. 639/03, que compreende a história do Brasil a partir do estudo da história da África e das culturas afro-brasileiras. Logo de início, perpassa a ideia de “adaptação” aos novos modelos de se fazer educação, mas, uma

vez sendo inserida em uma diferente estrutura, com conceitos descolonizados, além de mudanças epistemológicas e políticas.

Observa-se que: “A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial”. Com a existência da referida lei, o núcleo escolar tende a se dar conta e se tornarem preocupados com as relações étnico-raciais e currículo escolar.

Entretanto, compreende-se que essa é uma ação que não compete somente aos professores, mas outros órgãos educacionais do país; sendo possível, no entanto, um currículo, pensado e realizado em conjunto aos (professores, coordenadores, diretores, e secretaria de educação e MEC), inclusive, a necessidade extrema de formação específica destes profissionais. Com isto, o ensino se torna bem mais adequado, quando é construído de modo coletivo, ou seja, quando em primeiro lugar, considera-se as necessidades e interesses dos alunos.

A educação contemporânea, exige um olhar inovador e de inclusão sobre as questões centrais do processo educativo no Brasil, acerca da necessidade de promover o desenvolvimento e integração através da educação, faz-se necessário por meio da construção do currículo escolar, que enxerga além das fronteiras da escola; ou seja, a desconstrução desse currículo formal tradicional. Sendo, entretanto, necessário a adesão desta nova forma de ensino-aprendizagem, que busca refletir sobre os meios culturais, além dos meios educacionais, apenas tradicionais e padronizados.

A inclusão do legado indígena e africano nos currículos escolares e acadêmicos abre caminho à valorização da história e cultura desses povos, mas também nos mostra os currículos como objetos que autorizam ou desautorizam determinados discursos, podendo ser usados tanto para dar acesso a conhecimentos legitimados como para a produção de sujeitos, ou seja, para a produção de modos de pensar, agir e atuar no cenário atual. (NASCIMENTO, 2016, p.07)

A reflexão acerca do engajamento da Educação para a democratização e a possibilidade de desenvolvimento e integração social, para tanto, fica indispensável o reconhecimento das experiências como forma de somar ao modelo educacional existente, afim de uma educação pedagógica que valoriza as experiências de outras pessoas,

respeitando culturas diferentes e experiências adquiridas ao longo do tempo por meio dos nossos ancestrais.

A educação tem se apresentado como uma forte estratégia para enfrentar esse problema, diante dos inúmeros malefícios causados pelo racismo, podendo, consequentemente, causar atitudes como; o preconceito, discriminação e exclusão desta parcela da população.

## 6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

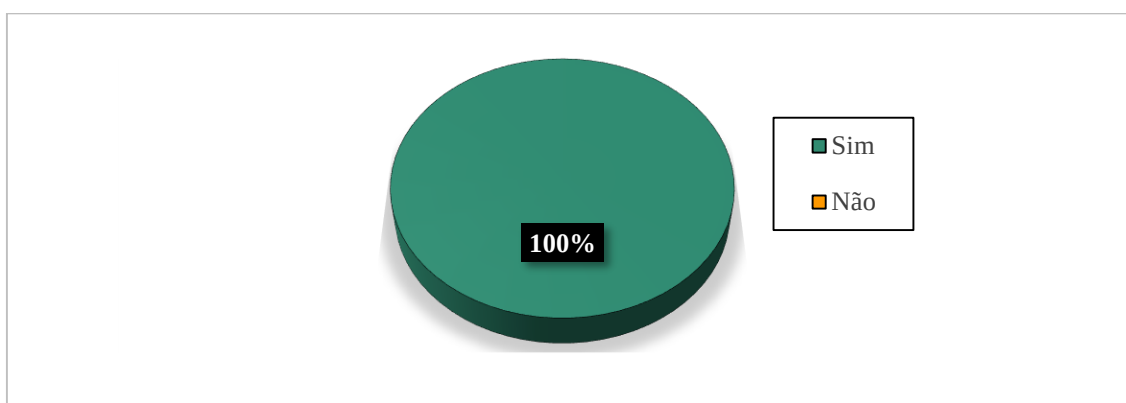
Nesta etapa de análise e discussões dos dados, pretende-se fazer a reflexão referentes às entrevistas semiestruturadas com dez (10) professores de três (03) escolas da rede pública municipal de Beberibe, Ceará, abordando as questões raciais, bem como a prática pedagógica individual e coletiva na sala de aula e no espaço escolar. Segue os gráficos que irão auxiliar na análise dos dados.

Para identificar os professores entrevistados, daqui em diante, os mesmos serão nomeados com a letra D de Docente.

Entre os questionamentos segue-se: O (a) professor (a) tem conhecimento da Lei nº 10.639/03, que trata do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira?

Sobre essa pergunta a maioria das docentes responderam apenas um “Sim” como afirmação, sem nenhuma complementação para a pergunta. A princípio a docente (D 01, 2024) salientou que sabia um pouco da existência da referida lei, mas, mesmo que houvesse a obrigatoriedade nos currículos de ensino, considera que a lei tem pouca abrangência.

**Gráfico 1-** Conhecimento da Lei nº 10.639/03.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A docente (D 03, 2024) frisa a obrigatoriedade da inclusão das temáticas história e cultura afro-brasileira nos planejamentos, dentro da rede de ensino. E de maneira muito semelhante, a docente (D 04, 2024) responde a esta pergunta, destacando a inclusão na

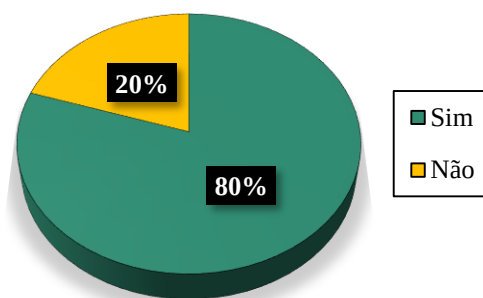
grade curricular das escolas brasileiras, defendida pela própria lei em questão. Ainda sobre essa mesma pergunta, veremos a abordagem seguinte:

*“Sim! A Lei 10.639/2003 representa uma conquista significativa para a educação do Brasil. Ao modificar as orientações e princípios da educação nacional, ela estabelece a inclusão obrigatória no currículo escolar oficial da discussão sobre a “História e Cultura Afro-Brasileira”. (D 07, 2024).*

Uma vez estabelecida esta concepção, nota-se por meio das respostas da determinada docente, o reconhecimento da importância da discussão até aqui abordada; em seguida, outros pontos devem ser considerados. Sobretudo, podemos pontuar, acerca da educação do país, discorrendo sobre os avanços e nível de efetivação do ensino das pautas raciais e da lei em questão após a sua legitimidade.

A escola que trabalha, já promoveu formação as/os docentes sobre a lei nº 10.639/03? No entanto, a fim de saber sobre o conhecimento da lei 10.639/2003, na formação dos docentes no âmbito da universidade, cujos dados estão representados pelo seguinte gráfico:

**Gráfico 2:** A Lei 10.639/03 foi mencionada na graduação e na universidade que se formou.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Foi analisado que 80% dos entrevistados responderam que durante a formação acadêmica tiveram conhecimento da Lei mencionada. Há também outras docentes que afirmaram não ter tido conhecimento, que é o caso da entrevistada (D 02, 2024) em suas palavras a mesma salienta: *“Não me recordo, a respeito da exposição da lei, mas a abrangência de temáticas voltadas para a temática no campo da história, e subsequente a cultura afro-Brasileira”*. Já a seguinte docente destaca:

*“Com certeza! Durante a formação de Licenciatura em Pedagogia, é obrigatório que o graduando curse disciplinas da grade curricular que abordam detalhadamente todas as leis relacionadas à educação, como a Lei 10.639/2003. Isso tem como objetivo aprimorar e certificar a qualidade da formação acadêmica.” (D 07, 2024),*

Em conformidade com as respostas a seguir analisadas, tomamos como questionamento a abordagem das questões raciais, além da lei 10.639/03, no primeiro ano do ensino fundamental, na prática pedagógica, das três escolas estudadas; analisando, como está sendo essa abordagem nesta fase escolar. Para responder a esta indagação, a docente esclarece:

*“Não com tanta constância, até porque essas questões da cultura étnico-racial são expostas para as crianças vagamente nas disciplinas em datas comemorativas ou projetos. No entanto, posso considerar que em alguns momentos faço apontamentos, acerca do preconceito, e o respeito pelas diferenças. ” (D 02, 2024)*

A seguinte docente ressalta:

*“Nas aulas de história, sempre procurei trazer essa temática, principalmente voltada para o respeito às diferenças, os alunos precisam conhecer a história e a cultura afro-brasileira, afinal, o nosso país é rico dessa cultura. A presença de literaturas, de acordo com a linguagem própria para a idade deles (alunos), alguns vídeos explicando esse conteúdo. ” (D 05, 2024)*

A entrevistada reconhece que o estudo afro-brasileiro decorre das raízes africanas presente no nosso país e de maneira muito significativa na definição das características de definição de nós brasileiros. Ela ainda aborda o papel como docente, exemplificando alguns métodos de ensino utilizados nas aulas de história e por meio da literatura, no entorno da turma do 1º Ano do ensino fundamental.

O (a) professor (a) utiliza ou já utilizou alguma metodologia para trabalhar as questões raciais no primeiro ano, em sala de aula ou no espaço escolar? Se sim, qual?

Em relação à metodologia utilizada em sala de aula e no espaço escolar, algumas docentes abordaram com mais detalhes. Desta forma, as entrevistadas afirmaram: *“Sim, já utilizei aula expositivas, leitura de história sobre o assunto”. (D 02, 2024)* *“Jogos africanos, o livro didático e paradidáticos e outros materiais disponíveis na biblioteca da escola que eu possa trabalhar o tema racismo”. (D 03, 2024)* *“Sim, através de confecção de cartaz, brinquedos e conversa dirigida, relacionada ao combate ao racismo”. (D 04, 2024)* *“Sim, já usei literatura infantil, vídeos explicando o assunto e realizei algumas dinâmicas com a turma”. (D 05, 2024)*



Enquanto as demais não detalharam quais materiais e métodos eram utilizados na sua prática pedagógica. As docentes em sua maioria afirmaram utilizar materiais lúdicos, além de leituras e a utilização de vídeos curtos, inclusive, destacam que a necessidade da ludicidade é quase que obrigatória no cotidiano da sala de aula no 1º ano, além de citar também que existe a necessidade de um comprometimento com as temáticas raciais no contexto geral da escola.

Desse modo, percebe-se um maior interesse com maior consciência de abordar a Lei 10.639/03 por parte das docentes entrevistadas. Isso é de grande importância para a educação fundamental, pois neste período, as crianças estão muito abertas para a aprendizagem, bem como a formação e consolidação das suas identidades étnicas e raciais.

A entrevistada ressalta o seguinte, “A turma do 1º ano, exige de nós professores uma sensibilidade maior, e no ensino da cultura africana que tem muito a ver com a nossa história do Brasil também.” (D 02, 2024). Na sequência vejamos o que diz as demais:

*“O ensino-aprendizagem no 1º ano do ensino fundamental é muito parecido com as demais séries, o que vai mudar é a forma que eu vou adaptar para que a minha prática pedagógica consiga alcançar o objetivo que eu quero, que é justamente o de repassar esse conhecimento.” (D 05, 2024)*

*“Procuro trabalhar esse conteúdo, de forma que eles entendam, por meio de uma abordagem, mais acessível e conforme o que acontece fora da escola. Quando acontece alguma situação que o aluno ou aluna, está Sempre estou fazendo um de aula, procuro corrigir; então aquele pensamento que foi errado.” (D 08, 2024)*

Essas temáticas ou conteúdos poderão ser repassados, por meio de materiais didáticos, por meio de livros didáticos, paradidáticos e demais métodos de ensino, como por exemplo, a utilização da linguagem audiovisual, uma vez que esta é uma linguagem tecnologia e atual.

Com relação ao planejamento escolar trabalhado no espaço escolar das docentes: Segundo a entrevistada (D 02, 2024) “Não há um planejamento para essa temática. Porém insiro algumas vezes no plano de aula, mas em datas comemorativas”. Já a entrevista (D 03 2024) no qual afirma: “Sim, esse assunto é inserido nos planejamentos já que utilizamos o contexto da interdisciplinaridade”, podemos observar que a resposta não esclarece com detalhes, de que forma o tema racismo estar sendo trabalhado na concepção da docente.

Contudo, ainda sobre planejamento escolar a docente considera: *“Faz pouco tempo que trabalho nessa instituição, os momentos que vi nos planejamentos mensais essa temática foram em datas comemorativas”*. (D 05, 2024)

Para podermos realizar tais mudanças podemos utilizar as datas comemorativas como aliadas nesse processo, trabalhando em cima das temáticas das questões étnicas raciais, diversidades culturais e religiosas, sem permanece-las apenas no campo folclórico das diversidades.

No mês de novembro, que é celebrado a consciência negra, sua escola tem alguma programação que inclua o primeiro ano do ensino fundamental?

Para esta pergunta, 100% das entrevistadas das três escolas pesquisadas, responderam, que todos os anos há uma programação, em especial na semana do dia oficial da Consciência Negra no Brasil, datada no dia 20 de novembro de cada ano.

Inicialmente, a (D 02, 2024) responde em suas palavras, que sim, *“Acontece, mas programada muitas vezes pelo professor”* seguida da outra afirmação: *“Sim, na disciplina de história o alinhamento mensal que recebemos pede para trabalharmos a história dessa data, o por quê comemoramos a Consciência Negra”*. (D 07, 2024)

A docente contextualiza:

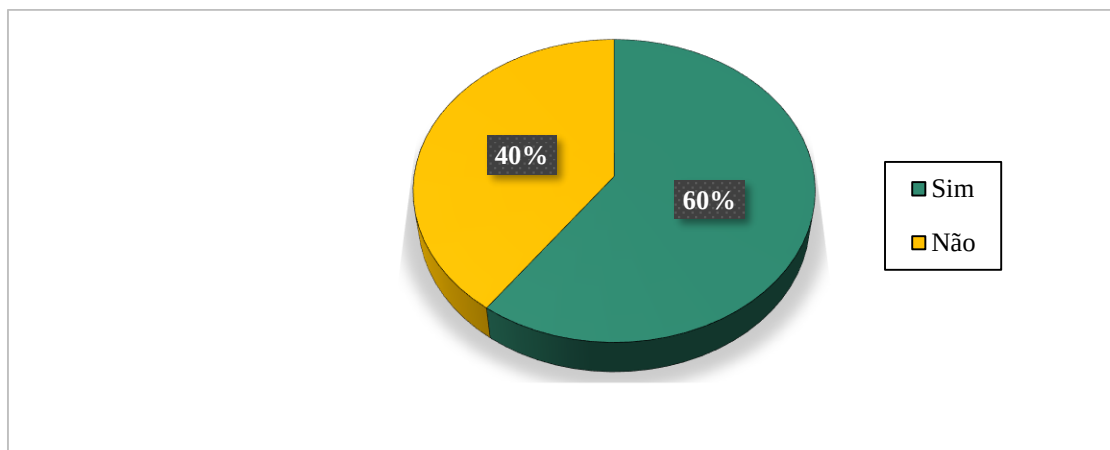
*Sim! Especialmente em novembro, em decorrência da comemoração do Dia da Consciência Negra, a turma do 1º Ano, juntamente com todas as outras turmas, professores e funcionários da escola, se envolve na programação e execução de atividades diversas, incluindo apresentações, contação de histórias, elaboração de cartazes ilustrativos, momentos reflexivos em sala de aula e em grupo no pátio.* (D 07, 2024)

Perguntada se a escola já promoveu formação as/os docentes sobre a Lei 10.639/2003, todas as docentes responderam, “Não”. No entanto, segundo a docente a seguir:

*“A Secretaria de Educação do Município de Beberibe promove capacitações destinadas à melhoria dos professores no ensino interdisciplinar, apresentando novas abordagens metodológicas que podem ser aplicadas em diferentes assuntos.”* (D 07, 2024)

A (o) docente já presenciou na escola racismo, preconceito ou discriminação? Se sim, qual a sua reação?

**Gráfico 3:** Presenciou racismo na escola do (a) docente.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Algumas afirmaram ter presenciado e outras não, além de algumas ressalvas, vejamos a seguir: *“Sim. No próprio âmbito de sala, a reação, foi de constrangimento pela criança, quando aconteceu o incidente, levantei uma conversa e discussão acerca do preconceito.”* (D 02, 2024) *“Sim! Roda de conversa com os alunos visando conscientização, dinâmicas, produção textual e artística, textos e contação de histórias reflexivas, além de atividades e trabalhos dentro da temática.”* (D 07, 2024)

Observa-se as demais informações coletadas: *“Não, pois a questão é trabalhada desde a educação infantil e nossos alunos tem essa conscientização do respeito às diferenças.”* (D 03, 2024) *“Não presenciei nenhum tipo de racismo em sala de aula, mas quando se há oportunidades é realizado a conscientização e sensibilização do assunto, por meio de rodas de conversas, textos reflexivos entre outras metodologias.”* (D 06, 2024)

Segundo a professora a seguir:

*“Sim! Na maioria das vezes as crianças reproduzem falas e comportamentos de discriminação de forma inconsciente, influenciadas pelo mau exemplo da família e pela exposição a conteúdos inadequados em vídeos e desenhos na internet. Nessas circunstâncias, agimos prontamente, intervindo na conduta do aluno e buscando promover uma conversa direta com a presença dos pais e da equipe gestora, com o objetivo de conscientizá-los e garantir que tais atitudes não se repitam no futuro.”* (D 07, 2024)

*“Não, mas caso presenciasse a atitude seria mediar e intervir levando os envolvidos a se conscientizarem. É necessário que haja diálogo que leve a uma sensibilização para tais temas étnicos. O diálogo, a discussão e as ações sobre os temas se faz necessário para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade”* (D 08, 2024)

Como foi exposto acima, é muito importante se posicionar quando atitudes racistas acontecem na escola. Normalizar tais atitudes, fingindo que nada estar acontecendo, só piora a situação, ou seja, o agressor possa não entender, que pode ter atitudes racistas na escola e nos demais espaços sociais.

Para uma escola antirracista torna-se crucial, a observação das relações sociais no ambiente escolar, sendo primordial a atuação pedagógica diante de fatores que correspondam a situações racistas, evitando desta forma um problema extremamente sério, podendo vir a acarretar outros problemas para a criança estudante vitimada.

Qual o seu posicionamento diante das questões apresentadas? Comente livremente?

De acordo com o entendimento apresentados pelas docentes, destaco os seguintes posicionamentos mediante as questões raciais na realidade escolar, em suas respectivas escolas de atuação:

*“É fundamental entender uma série de fatores concernentes a nós professores, um deles, é compreender que não é somente ter conhecimento das questões étnicas raciais e das Leis, contar o apoio e de capacitações entre outros, não só também sobre contar com materiais que corroboram com a prática pedagógica. Na escola existe um planejamento que seguimos e dentro deste planejamento incluímos o tema racial, acredito que quando tudo é realizado em conjunto conseguimos o nosso objetivo. ” (D 07, 2024)*

*“Posso dizer que a sala de aula é um ambiente onde muitas atitudes dos alunos (as) já vem do exemplo dos próprios familiares. A questão do racismo é uma questão que vem se arrastando a bastante tempo em todo o país. A Lei 10.63/03 vem para reafirmar a necessidade de estarmos atentos para isso. É de grande relevância a criação das políticas de ações educacionais e é importante também o engajamento de todos que fazem a educação para desempenhar a proposta específica da Lei. ” (D 09, 2024)*

Os dados obtidos até aqui representam em geral, um número mínimo de docentes interessados em falar sobre o tema pesquisado de forma mais aprofundada, assim como, se posicionar diante a realidade vivenciadas em seus espaços escolares.

A educação tem uma importante participação no letramento social de seus alunos (as), no qual estes estudantes, compreendam a importância do respeito ao próximo, desta forma, que tenham boas relações sociais, sendo de competência atuar não somente no ensino-aprendizagem de disciplinas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto realizou um estudo acerca das temáticas raciais no cotidiano escolar. A partir dos resultados obtidos, percebe-se que mesmo com muitos desafios, que já ocorreram e que ainda ocorrem, alguns avanços são notáveis, visto que mais pessoas estão assumindo sua história e sua afrodescendência.

Observa-se na realidade da escola e ensino-aprendizagem que os desafios mediante a aplicabilidade da Lei 10.639/03 na sala de aula e no espaço escolar, implica não tão somente em um único fator de impasses, mais de uma série de fatores que corresponde em tratar a supracitada legislação como importante, cujo o texto pode ser utilizado como base para trabalhar a temática.

Visto a permanência de antigas dinâmicas atribuídas ao modelo social, que foram desde de sempre introduzido na área educacional e em demais âmbitos da sociedade; uma das reflexões que me surgiu consiste em compreender a importância de refletir sobre o porquê de algumas escolas e professores não evidenciam as temáticas raciais em suas práticas?

A pesquisa entende, contudo, a importância de dar visibilidade a essas temáticas, e da lei como caráter de importância ainda para os dias atuais. Não sendo desta forma, possível negar a sua importância para o movimento de combate ao preconceito e racismo em todo o território brasileiro.

Evitar falar sobre a temática racial, reflete no mínimo o próprio apagamento da história, o que faz da luta contra o racismo estrutural, demasiadamente complicada, pois uma vez, que existem uma minoria que luta, contribui e trabalha em função de uma causa maior, “outros” demais acaba contribuindo para este apagamento. Talvez, esta seja uma das principais dificuldades para que as leis que deveriam serem de interesse da sociedade, não tenha um bom desempenho.

O espaço escolar reflete a realidade social, sendo fundamental para estratégias de visibilidades e ações de resistência para a possibilidades de mudanças equivalentes, e que por fim possa contemplar a todos nas suas diferenças. A estratégia do silêncio, ou seja, de calar sobre um assunto de extrema importância, é está confirmando a sua real prática pedagógica, do qual vem resultar em mais um dos obstáculos que impede o avanço de combate ao racismo.

Por fim, esta será sempre uma luta necessária no contexto da Educação e do 1º Ano do Ensino Fundamental, visando um ensino-aprendizagem que aborde sobre o respeito às diferenças étnicas raciais, que corroborem com uma educação comprometida com a mudança social, de ambas as partes envolvidas, tais como, toda a escola, docentes, aluno(a)s, familiares e comunidade. No sentido, de proporcionar uma educação igualitária, capaz de realizar um olhar crítico da própria realidade, sobretudo para a construção de uma sociedade brasileira sem racismo, ou seja, inclusive, numa perspectiva de educação pluriétnica e democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República do Brasil.

CEARÁ, Anuário 2024. Disponível em: <https://www.anuariodoceara.com.br/guia-das-cidades/fichas-dos-municipios/beberibe/> Acesso em 20 de abr. 2024

DIAS, Denise Oliveira; DIAS, Daniel Oliveira. **A História dos Direitos Humanos dos negros no Brasil: uma breve análise contemporânea**. Florianópolis: Portal Jurídico Investidura, 2017. Disponível em: <https://investidura.com.br/artigos/historia-do-direito/a-historia-dos-direitos-humanos-dos-negros-no-brasil-uma-breve-analise-contemporanea/> Acesso em: 07 abr. 2024.

Dávila Maria Feitosa da Silva; Ana Cláudia Emídio da Silva; Joselina da Silva. **Análise da Implementação da Lei 10.639/03 nas Escolas do Cariri Cearense**. I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades - 26 a 29 de Junho de 2012 Universidade Federal do Espírito Santo. GT Africanidades e Brasilidades: em direitos humanos.

GOMES, OLIVEIRA. Ana Cristina da Costa. Luciana Ribeiro. Currículo Negro, Asé E Sankofa; Perspectivas, Cotidianos E Valores Afro-civilizatórios. Revista da ABPN.v.12, nº 32 . março/maio 2020, p.161-187.

GOMES, Nilma Lino. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem fronteiras, vol.12, n.1, pp. 98-109, jan/abr 2012.

Joselina da Silva; Ângela Maria Bessa Linhares; Adriano Ferreira de Paulo. **Didática do Ensino Superior e a Lei 10.639/03 nos Cursos de História do Ceará**. História & Ensino, Londrina, v. 25, n. 02, p. 35-57, jul. /dez. 2019. Recebido em 26 de setembro de 2018. Aceito em 06 de novembro de 2019.

LIMA, Carlos Rochester Ferreira De. OLIVEIRA, Diana Nara Da Silva. LIMA, Francisco Alex Almeida. **Alfabetização de crianças negras na “Terra Da Luz”: A implementação da lei 10.639/03 no Estado do Ceará**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 10, pp. 101-115. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/alfabetizacao-de-criancas>.

MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S.F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2005. ed.rev.atual. Petrópolis: Vozes,2007.108p.

NASCIMENTO. Clarice Antunes Do. **Inclusão Educacional: História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira nos Currículos Escolares**, 2016.

PEREIRA, Amilcar Araújo. ALBERTI, Verena. Histórias do movimento negro no Brasil, depoimentos ao CPDOC.1ª edição.

Rosendo Freitas de Amorim; Paulo Venício Braga de Paula; Jefrei Almeida Rocha. **Análise da Implementação e Gestão da Lei 10.639/03 nas Escolas Estaduais do**

**Ceará.** REVISTA FÓRUM IDENTIDADES | ISSN: 1982-3916 ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 9, Volume 17 | jan.. – abr. de 2015. Recebido: 11.10.2015 – Aprovado: 12.12.2015.

Yuri Miguel Macedo; Wagner Antonio Junior; Fabricia Ribeiro Gontijo; José Anderson Bastão Veloso; Alcione Santos de Souza; Patrick Muniz Ataliba; Ricardo Ferreira Vale (Orgs). A LEI 10.639/2003: REFLEXÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. 1.ed. / Vitória: Editora Educação Transversal, 2023, 204 p.



**APÊNDICE -Questionário****SUJEITO DA PESQUISA: (PROFESSOR (A))**

1. A (O) PROFESSOR (A) TEM CONHECIMENTO DA LEI Nº 10.639/03, QUE TRATA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA?
2. NO CURSO DE GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE, DA(O) PROFESSOR (A) FOI MENCIONADO A LEI Nº 10.639/03?
3. O(A) PROFESSOR (A) UTILIZA OU JÁ UTILIZOU ALGUMA METODOLOGIA PARA TRABALHAR AS QUESTÕES RACIAIS NO PRIMEIRO ANO, EM SALA DE AULA OU NO ESPAÇO ESCOLAR? SE SIM, QUAL?
4. A ESCOLA QUE O(A) DOCENTE TRABALHA, POSSUI UM PLANEJAMENTO PERMANENTE QUE TENHA O OBJETIVO DE TRABALHAR COM O QUE PROPÕE A LEI Nº 10.639/03?
5. NO MÊS DE NOVEMBRO, QUE É O MÊS QUE É CELEBRADO A CONSCIÊNCIA NEGRA, SUA ESCOLA TEM ALGUMA PROGRAMAÇÃO QUE INCLUA O PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL?
6. A ESCOLA QUE O(A) DOCENTE TRABALHA, JÁ PROMOVEU FORMAÇÃO AS/OS DOCENTES SOBRE A LEI Nº 10.639/03?
7. O (A) DOCENTE JÁ PRESENCIOU NA ESCOLA RACISMO, PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO? SE SIM, QUAL A SUA REAÇÃO?
8. QUAL O SEU POSICIONAMENTO DIANTE DAS QUESTÕES APRESENTADAS? COMENTE LIVREMENTE.